

23 MAI 1979

Sarney: Congresso receberá anistia no próximo mês

O Presidente Nacional da ARENA, senador José Sarney, explicou ontem que o projeto que concede anistia para os que foram punidos por crimes políticos está sendo elaborado pelo coordenador político do Governo, Ministro Petrônio Portella, devendo chegar ao Congresso neste primeiro semestre, dependendo, entretanto, da oportunidade que, como se sabe, será ditada pelo próprio Governo.

Quanto à revogação dos decretos - leis 477 e 228, relativos à normas excepcionais para a classe estudantil, disse o dirigente arenista que "o processo de abertura implica também em superar alguns instrumentos que foram utilizados em determinada época e que, agora, o próprio Governo compreende não ser mais possível a manutenção desses diplomas, diante da nova realidade política no País".

POSIÇÃO

O senador José Sarney, contudo, informou que na votação do projeto do senador Mendes Canale, prorrogando os mandatos partidários e adiando por seis meses as convenções, absteve-se em razão de uma tomada de posição identificar uma orientação do partido, quando este havia, desde o início, deixado a questão em aberto. E para melhor exemplificar, assinalou que "tanto assim, que alguns arenistas votaram contrariamente".

Sobre a revisão que o Ministério da Educação anunciou ontem, quanto aos processos de aposentadoria de diversos professores durante o período de exceção, o presidente nacional da Arena ressaltou que "acho que, dentro deste mesmo clima e da mesma linha de

raciocínio, de que procura o Governo encontrar a pacificação nacional, tal procedimento insere-se dentro do contexto global, como ocorreu, dias atrás, com a decisão do Ministro da Aeronáutica, brigadeiro Délio Jardim de Matos, permitindo que os punidos pudessem novamente pilotar aviões".

ANISTIA

Já com referência ao projeto de anistia, o senador José Sarney deixou claro que este não virá no mês de maio, mas chegará ao Congresso em junho, não podendo precisar a época - se na primeira ou segunda quinzena - posto que se trata de problema afeto ao Executivo, razão pela qual tem como responsável direto por sua elaboração e oportunidade em deflagrar o processo o Ministro da Justiça, Petrônio Portella, coordenador político do Governo.

"A anistia tem caráter muito mais abrangente e autônomo, sendo, desta forma, assunto da competência do Executivo" - observou o parlamentar arenista.

Mas quando foi indagado sobre a nova Lei Orgânica dos Partidos Políticos, o parlamentar arenista mostrou que o deputado Djalma Marinho, relator na comissão especial que o partido constituiu para estudar a matéria, está desenvolvendo trabalho nas modificações que deverão ser introduzidas, acentuando que, concomitantemente, as lideranças do Governo, nas duas casas, promovem uma pesquisa ampla para conhecer as posições dos parlamentares sobre o assunto e, desta maneira, elaborar uma legislação que atenda os interesses e anseios da classe política.